



Eduardo Prado Coelho Digamos que Manuel Maria Carrilho defende insistentemente (neste conjunto de crónicas que têm o indiscutível mérito de serem bem escritas e bem pensadas) uma ideia. Primeiro, que somos um país de analfabetos, em que os graus de iliteracia são elevadíssimos. Neste ponto, total concordância de Guterres com Carrilho: também o primeiro-ministro diz agora que somos um país muito pouco profissional.

O íman e a limalha

Fez-se há dias uma justíssima homenagem a Mário Dionísio, numa iniciativa da Abril em Maio. Pois é à minha memória desse espantoso professor que vou buscar a cena inicial desta crónica. De tempos a tempos, nas aulas de literatura, propunha-nos o seguinte exercício: imaginem que vão na rua e uma rabanada de vento traz até junto de vocês uma folha de papel onde está escrito um poema. Não se diz a que época pertence, nem quem é o autor. Vocês lêem, tentam compreender e interpretar, tentam descobrir o período histórico, tentam dizer, não quem é o autor (não se tratava de adivinhar), mas quem poderia ser o autor.

Ora bem, imaginem que o livro recente de Manuel Maria Carrilho, "O Estado da Nação" (da editorial Notícias) lhes vinha parar às mãos, mas sem capa nem nada que pudesse identificá-lo. Apenas um texto, um conjunto de artigos curtos, incisivos, contundentes. Que pensaríamos nós do que lá se diz? Como receberíamos a sua argumentação?

Por outras palavras, por uma questão de facilitar as coisas, posso aceitar que Manuel Maria Carrilho terá todos os defeitos do mundo, ficou numa relação de agressividade obsessiva em relação ao primeiro-ministro, diz agora o que não disse na altura e o que não discute no interior das instâncias partidárias. Admitamos que sim — para não perder tempo com essa discussão.

E daí? Em que medida é que isso invalida o diagnóstico que nos propõe sobre o estado do país? Em que medida é que isso deve neutralizar a leitura isenta deste livro? Até que ponto isso impede a discussão?

Aquilo que é o ponto de partida desta pequena obra (resultante duma sequência de textos publicada no "Diário de Notícias") é um sentimento que é hoje partilhado pela generalidade dos homens políticos e da imprensa portuguesa: mesmo que as causas do fenómeno sejam imensamente complexas e difíceis de explicar, a verdade é que, depois de um período de excessiva euforia, e de uma espécie de interminável estado de graça, os governos socialistas de António Guterres aparecem hoje associados a uma situação profundamente depressiva, em que todos reconhecem que se assiste a uma degradação generalizada dos padrões de vida (e da vida política) em Portugal. É como se, na sua globalidade, o país se tivesse afundado um pouco, Governo e socialistas estão mais em baixo, mas também as oposições, mas também parte da comunicação social, mas também as instituições, mas também as pessoas e as coisas que estão à nossa volta. E daí essa imagem de resignação magoada e de apelo desesperado em relação ao Presidente da República — única instância que sobrevive ileso à catástrofe.

A análise de Manuel Maria Carrilho é clara e directa: para ele, isto resulta de uma ausência de estratégia política definida que permita antecipar os problemas, em vez de responder a eles, e que impeça a sensação de crescente desagregação: para utilizarmos a alegoria de Musil, quando o íman deixa de funcionar, a limalha desprende-se e espalha-se por todo o lado. E isso continua a verificar-se quando, por exemplo, um dia se vota com o Bloco



Andy Warhol, "Faça Você Mesmo", 1962, acrílico sobre tela

de Esquerda sobre os homossexuais, outro dia se vota com o PP sobre a política da família, um dia se retira privilégios à Igreja católica, outro dia se cede claramente às exigências de manutenção desses privilégios, como se o Partido Socialista não devesse ter um pensamento próprio sobre estas matérias, e precisasse ora de mostrar que não é bota-de-elástico, ora de mostrar que não é contra a família (mas existirá algo de mais ostensivamente fracturante do que os termos em que está redigido o projecto sobre a política de família do PP?).

O segundo ponto que Carrilho sublinha é que isto resulta de uma política em que a gestão da imagem se sobrepõe à transformação da realidade, e em que a paixão por causas (como a educação ou a saúde) é substituída pela paixão pelas palavras com que se diz defender essas causas. A ideia de que "isto é que é fazer política", e a concepção da política como uma sucessão de guinadas mediáticas, é aqui claramente posta em causa.

O terceiro ponto tem a ver com o facto de o princípio positivo do diálogo e consulta das partes interessadas acabar por se transformar numa mera gestão dos interesses corporativos sem preocupação com a definição de uma linha de interesse nacional. Se é preciso entreter as massas, escolhe-se o Europeu 2004, se é preciso calar os militares, dá-se-lhes três submarinos de utilidade duvidosa e custo acima de quaisquer dúvidas, e se é preciso ter audiências, vai-se buscar o João Baião.

Que resulta daqui? Resulta uma situação em que se perde em todos os terrenos, porque os interesses respectivos nunca estão satisfeitos, e a frustração se sobrepõe ao reconhecimento. E pouco a pouco os militares protestam, os empresários indignam-se, os clubes de futebol reivindicam, a classe média alta critica, os jornalistas denunciam, a Igreja alarma-se, os estudantes vêm para a rua, os professores do superior estranham

por não receberem os aumentos da lei, os agricultores desanimam, os editores vão à falência — e Manuel Maria Carrilho escreve este livro. Entra-se no que Manuel Maria Carrilho designa como "o torpor" e agravam-se os sintomas do "mal português" — convicção irracional de que "nunca saímos da cepa torta", inveja em relação aos outros, masoquismo e auto-flagelação.

Digamos que Manuel Maria Carrilho defende insistentemente (neste conjunto de crónicas que têm o indiscutível mérito de serem bem escritas e bem pensadas) uma ideia. Primeiro, que somos um país de analfabetos, em que os graus de iliteracia são elevadíssimos. Neste ponto, total concordância de Guterres com Carrilho: também o primeiro-ministro diz agora que somos um país muito pouco profissional. Isto é, somos um país com fracos índices de formação profissional, com níveis muito baixos de rentabilidade escolar, com dificuldades imensas na matemática e no uso interpretativo e expressivo do português, com marcas profundas de provincianismo cultural, com escassa formação política, com ausência de informação e de hábitos culturais. Face a este panorama,

a linha estratégica — o íman — só podia ser um: defender em todos os planos uma batalha da qualidade — do pré-primário ao largo da vila, do café à universidade. O que passa por diversos patamares: defender a qualidade profissional, para aumentar a qualidade da nossa produtividade; defender a qualidade profissional ainda, para dar eficiência e racionalidade à máquina do Estado; defender a qualidade da cultura política, para evitar a degradação dos aparelhos partidários; defender a qualidade do audiovisual (que andam pela hora rasca dos acorrentados ao "big brother" e da boçalidade dos "Mulher não entra"), para aumentar os níveis de elaboração com que cada um se pensa e pensa o sentido da sua vida (isto é, para reforçar a memória nacional, para enriquecer o imaginário português, para fomentar o gosto da excelência, do sonho e da utopia).

Neste plano, Manuel Maria Carrilho tem dois adversários privilegiados. Em qualquer dos casos, trata-se de evitar reduções da complexidade a modelos de dimensão e sentido único. Em primeiro lugar, o adversário é o economicismo, isto é, a perspectiva desenvolvimentista que acha que o desenvolvimento do país está numa "política do betão", e que o resto virá por acréscimo; em segundo lugar, o adversário é o tecnocratismo, que pensa que existe um determinismo tecnológico que assegura que os mecanismos comunicacionais levam directamente ao uso democrático e cultural dessa comunicação (e daí os grandes debates sobre a Internet e as novas tecnologias). Ao economicismo e ao tecnocratismo mediático e corporativo contrapõe Manuel Maria Carrilho duas grandes linhas na defesa da qualidade: a reabilitação da instância política (do íman que mobiliza a limalha) e a promoção da dimensão educacional e cultural (onde Carrilho viu sinais de "claro desânimo em diversos sectores nucleares da cultura portuguesa" numa altura em que eles eram apenas sinais).